

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 34.144

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2022

R\$ 6,00

nem um centímetro demarcado



Lalo de Almeida/Folhapress

APÓS RESISTIR A ESTRADA E HIDRELÉTRICA, OS KINJAS ENFRENTAM MARCO LEGAL

Moradores da terra Waimiri-Atroari (Amazons) fazem ritual antes de encontro para debater o marco temporal, visto como forma de limitar demarcação de territórios indígenas Ambiente B5

Equilíbrio B6

Ressaca moral por se expor demais e se mostrar vulnerável tem lado positivo

Esporte B7

Goleiro de Guiné, que perdeu Copa dos Refugiados em SP, mira educar crianças

Ilustrada C1

Famílias marcadas pela raiva são tema de novos livros de autoras brasileiras



Aponte a câmera no código e baixe o novo app da Folha

EDITORIAIS A2

Emendas em jogo

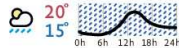
Sobre relação entre o futuro governo e o Congresso.

Funil paulista

Acerca de corrida ao Banderantes, no Datafolha.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



	Hoje	Amanhã
Rio	18 29	20 27
Brasília	18 28	18 29
Ribeirão	20 29	20 27

Fonte: www.climatempo.com.br



Karime Xavier/Folhapress

AUTISTAS ADULTOS TÊM APOIO EM SP

Ambulatório da Unifesp diagnostica e trata pacientes como Paulo Fernandes Junior, 19, que notou melhora no convívio familiar após começar a frequentar estrutura Saúde B2

Bolsonaro aprova lei de TV e favorece aliados evangélicos

Nova regra, proposta pela frente do segmento religioso, permite que antigos canais de UHF sejam regularizados

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou uma lei sobre o mercado de TV paga que beneficia empresários aliados ao governo e líderes evangélicos.

A nova regra livra de extinção antigos canais de televisão por UHF, que poderão ser repaginados como sendo de pacotes de TV por assinatura no Brasil.

A lei foi proposta por um grande aliado de Bolsonaro, o líder da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Cesinha de Madureira (PSD-SP), e dá vantagens a empresas pertencentes a igrejas de denominações que apoiam Bolsonaro.

Ela também é proveitosa para canais ligados a radiodifusores, como a Band.

Com a definição do status, as empresas ganham maior segurança jurídica para pedir empréstimos, por exemplo. Um dos maiores interessados na mudança foi R. R. Soares, cabo eleitoral do presidente, dono de 4 dos 22 canais abarcados pela lei.

O Ministério das Comunicações e os favorecidos não comentaram. Mercado A19

Jovem é agredido, e polícia tenta prender Boulos

Um ativista de 15 anos do Movimento Brasil Livre foi agredido por militantes do PSOL durante troca de provocações em São Paulo. Na confusão, a PM tentou prender o candidato a deputado Guilherme Boulos (PSOL). Política A6

Marcus Melo Presidente no páreo é surpresa

O que deveria surpreender nesta eleição é a competitividade relativa de Bolsonaro. Isso se explica por auxílios e melhora na economia, mas não só. A resiliência deve-se à profunda rejeição ao PT. É disputa de rejeições. Opinião A2

Mulher é atacada após irmã criticar o bolsonarismo

Uma jovem de 19 anos que trabalha fazendo propaganda do PSB em Angra dos Reis (RJ) foi golpeada com uma paulada na cabeça após sua irmã criticar o bolsonarismo em um bar, na sexta (23). Ela passa bem. Política A6

Extrema direita vai voltar ao poder na Itália, indica projeção

A extrema direita voltou ao poder na Itália, algo inédito desde o fim do fascismo. A coalizão de Giorgia Meloni, 45, venceu a eleição, indica projeção sobre a contagem, e ela deverá ser a primeira mulher a liderar o país. Mundo A16

Investidor aposta mais nas vendas a descoberto

Folhainvest A22

Commodities, bancos e consumo lideram na Bolsa

Folhainvest A21

ENTREVISTA DA 2ª Vanessa Nascimento

Partidos políticos são locais hostis a pessoas negras

Para a diretora-executiva do Instituto de Referência Negra Peregrino, Vanessa Nascimento, partidos políticos são ambientes hostis aos negros. Em 2018, brancos (21% da população) conquistaram 61% das vagas de deputado estadual. A18



A líder ultradireitista Meloni vota em Roma Yara Nardi/Reuters



Nem um centímetro demarcado

Waimiri atroari resistem a rodovia e usina e lutam contra marco temporal

Kinjas, como se denominam, dizem que tese encampada pelo governo Bolsonaro vai limitar demarcação do território, determinada pela Justiça

Vinicius Sassine e Lalo de Almeida

TERRA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI (AM) Um som tridimensional invade os ouvidos na entrada da aldeia Mynawa (pronuncia-se muna), no centro da terra indígena Waimiri Atroari. Ele vem de vozes com timbres distintos, cânticos de diferentes espaços e passos marcados no chão de centenas de homens e mulheres enfileirados num corredor humano. É uma manifestação cultural, em uma reunião e protesto inéditos.

São cerca de 700 kinjas, de 40 aldeias distintas, reunidos por dias na aldeia Mynawa — quase 30% dos 2.439 kinjas que vivem hoje em 74 aldeias. A Folha foi convidada a acompanhar o encontro.

O entendimento entre lideranças é que o marco temporal limitaria a extensão da demarcação do território, já determinada pela Justiça Federal no Amazonas em 2013 e em 2016. As decisões nunca foram cumpridas.

Sem essa extensão, o território fica mais vulnerável a invasores, como madeireiros e pescadores ilegais, especialmente nas franjas da terra, usadas pelos indígenas.

E não só. Os kinjas entendem que a tese afeta diretamente outros povos, em condições distintas das deles. A terra Waimiri Atroari, que se estende por Amazonas e Roraima, foi homologada em 1989. “Temos parentes que ain-

da estão isolados, e vão precisar demarcar a terra deles”, resume um kinja ao microfone, ouvido atentamente por dezenas de indígenas. “Nosso Senado é aqui.”

Os waimiri atroaris, que preservam a língua original, costumam ter resistência à presença de não indígenas em seu território, em razão de um histórico de agressões. A concordância das lideranças em receber uma equipe de reportagem, porém, se deve à preocupação crescente com o marco temporal.

Essa mais recente preocupação — tese jurídica com impacto direto na demarcação de terras indígenas — destoa da natureza das pressões que se sucederam no território. Ao longo das décadas, os kinjas sofreram as consequências de grandes empreendimentos da ditadura militar, tocados sem consulta, e quase desaparecidos por isso.

Série de reportagens

Repórteres da **Folha** viajaram pela Amazônia, em territórios indígenas, para registrar e relatar as consequências da política do governo Jair Bolsonaro (PL) de zerar demarcações no país. As histórias serão contadas em cinco reportagens, publicadas uma por semana até a segunda quinzena de outubro

Primeiro, uma rodovia — a BR-174 — cortou o território tradicional para conectar Manaus a Boa Vista. As obras começaram em 1971. Até então, os contatos entre indígenas e não indígenas eram escassos ou não existiam.

A BR representou uma tragédia humanitária, um genocídio na compreensão de quem acompanha a trajetória dos

kinjas: restaram 374 indígenas após as obras, ante uma população anterior estimada em 1.500 pessoas. Embates com militares do Exército e doenças fatais como sarampo, catapora e malária estão na memória de sobreviventes.

Em 1981, foi a vez de uma mineradora se instalar e ocupar 726 mil hectares do território, gerando alteração nos traçados da futura demarcação, que definiu uma área de 2,58 milhões de hectares. O empreendimento segue explorando cassiterita e estanho, com consequências diretas às aldeias. São comuns contaminações dos cursos d'água por rejeitos da atividade minerária, segundo os indígenas.

No fim da década de 80, a construção da usina hidrelétrica de Balbina inundou 30 mil hectares da terra indígena. O projeto teve início na década de 70, no rio Uatumá. A obra segue sendo um de-

astre. Formou cemitérios de árvores submersas ou parcialmente submersas; deslocou duas grandes aldeias e obrigou o surgimento de outras, como a Mynawa, num processo que nunca acaba, com aldeias abandonadas a cada ano; alterou caminhos para os barcos e criou desorientação espacial; deixou a água superácida; extinguiu peixes da dieta dos kinjas.

O próximo empreendimento de grande impacto é o linhão de Tucuruí, que vai conectar Roraima ao sistema nacional de energia. Estão previstas 250 torres de alta tensão no território, dispostas em alinhamento à rodovia, por 122 quilômetros.

O linhão causa 37 impactos ambientais, dos quais 27 irreversíveis, segundo inte-

grantes do Programa Waimiri Atroari, financiado pela Eletronorte como compensação pelos danos de Balbina. Diante da aparente irreversibilidade das obras, e após contestações quanto ao traçado e à falta de consulta dos indígenas, uma proposta de ressarcimento foi aceita pelas partes envolvidas. Na aldeia Mynawa, em meio a lembranças sobre os impactos desses empreendimentos, a caixa de som ecoava o protesto contra o marco temporal.

“Nós temos uma mensagem. Se o marco temporal for aprovado, queremos uma autoridade aqui dentro para conversar. Nossos antepassados eram guerreiros. Vai ter muita briga, muita guerra por causa do marco temporal”, disse um indígena ao microfone.

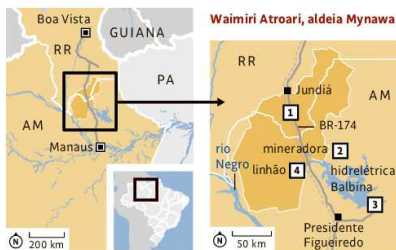
Pela tese do marco temporal, indígenas só têm direito à terra se conseguirem comprovar a ocupação da área pretendida no momento da promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Em 2017, um parecer do governo Michel Temer (MDB) colocou o marco temporal como balizador para novas demarcações. O governo Bolsonaro fez uso do parecer. Nada foi demarcado. O STF julga uma ação sobre o assunto. O relator do processo, ministro Edson Fachin, reafirmou a tese. O julgamento está suspenso. “Se ele [Fachin] conseguir vitória nisso, me restam duas coisas: entregar as chaves para o Supremo ou falar que não vou cumprir. Eu não tenho alternativa”, disse Bolsonaro.

Na reunião, os kinjas não tocaram no nome do presidente. Os indígenas refutam o sistema político tradicional: não têm título de eleitor e não votam. Eles também não têm TV nas aldeias. Mas têm internet e celulares. “A gente não conhece eles [os políticos]. Eles podem nos enganar. Então a gente não tem interesse”, diz Warakaxi José Maria, 50, líder da aldeia Keina.

A Justiça Federal já determinou a ampliação da demarcação da terra Waimiri Atroari, para além dos trechos inundados por Balbina. Recursos em segunda instância, por *Continua na pág. B5*



Os empreendimentos de grande impacto aos kinjas



- 1 BR-174**
A rodovia que conecta Manaus a Boa Vista corta a terra Waimiri Atoari. As obras tiveram início em 1971, antes mesmo de um contato dos indígenas com não indígenas. São 120 km dentro do território, monitorados pelos indígenas, com acessos fechados à noite. A obra da ditadura militar resultou em centenas de mortes. A população chegou a ser reduzida a 374 pessoas
- 2 Mineradora**
Em 1981, foi a vez de uma mineradora se instalar na região, com grande impacto sobre os kinjas. A chegada da mineradora provocou uma perda de 726 mil hectares do território. Os impactos da exploração de cassiterita e estanho prosseguem até hoje, com vazamentos e contaminações dos rios
- 3 Balbina**
A usina hidrelétrica Balbina foi construída entre 1985 e 1989 e alagou parte da terra indígena, o que incluiu duas grandes aldeias, que precisaram ser deslocadas. O cenário foi modificado, a água ficou super ácida, não há mais peixes e um cemitério de árvores se formou no lugar
- 4 Tucuruí**
O linha de Tucuruí vai conectar Roraima ao sistema nacional de energia. O território Waimiri Atoari será cortado mais uma vez, com torres de transmissão que se estenderão por 122 quilômetros



1 Adultos e crianças brincam em um igarapé próximo à aldeia Mynawa **2** Paliteiro de árvores mortas na área alagada pela hidrelétrica de Balbina **3** Indígenas realizam dança de proteção no entorno de uma área que simboliza o território desse povo **4** Aldeia às margens do reservatório da hidrelétrica **5** Câmeras instaladas pelos indígenas monitoram movimentação na rodovia BR-174

Ao longo das décadas, os kinjas sofreram as consequências de grandes empreendimentos da ditadura militar, tocados sem consulta, e quase desapareceram por isso

Continuação da pág. B4

iniciativa de diferentes governos, vêm protelando o cumprimento das decisões.

"A terra indígena está garantida em cartório, mas futuramente mais invasores podem chegar. A aprovação do marco temporal deixa nosso entorno mais comprometido", afirma Temehe Germano, 38, liderança da aldeia Tapii e um dos mais falantes e ativos na reunião na Mynawa.

Germano tem guardada na memória uma cena de quando tinha nove anos, ocasião em que retornou a uma área após o alagamento por Balbina. Os olhos dele estavam habituados a uma mata fechada e a um rio em seu curso natural. Diante do alagamento, ficou sem saber onde estava.

A Folha percorreu o mesmo trecho com Germano, quase 30 anos depois. A desorientação espacial prossegue, e é necessário marcar as árvores mortas com sinalizadores — pequenas placas brilhantes que funcionam como indicadores dos caminhos. Os "paliteiros" são podados pelos indígenas, como forma de abertura de novos trechos no lago.

"A água é morta. Não é possível tomar nem pescar. O leito desapareceu. A gente perdeu as referências ao navegar aqui", diz Germano. Desses aldeias estão às margens da área alagada.

Na reunião sobre o marco temporal, estavam pelo menos dois sobreviventes da BR-174. Bare Bornado Atoari, de mais de 60 anos, conta que uma picada para construção da estrada atravessou um caminho habitual dos indígenas, que conectava aldeias.

"Minha família foi atacada por um grupo do Exército. Pai, mãe, irmãos, todos morreram", afirma Bornado, trazido pelos mais jovens. "Os ataques eram à noite. Eles lançavam veneno. Depois, a gente sentia calor, febre".

O relato de Kynetxiri Tomás Atoari, 66, é semelhante. Também com tradução dos mais jovens, ele diz que começou a perder parentes depois que "veio um grupo de militares". "Ninguém consultou. Foi surpresa. A gente achava que era roçado do homem branco. Levaram nosso caminho, nossa caça, tiraram o sossego do povo waimiri atoari."

Hoje a rodovia é monitorada pelos próprios indígenas. São eles que retiram e contam os animais mortos pelos carros — já são 16 mil bichos mortos desde 1998. À noite, correntes impedem o tráfego de carros e caminhões que não estejam transportando cargas perecíveis ou pessoas doentes, num clima de bastante tensão.

A aldeia Mynawa, sede do protesto contra o marco temporal, leva o nome da avó do líder do lugar, Sawa Aldo Waimiri, 44. Ele diz ter perdido o pai e avós por causa da BR-174, após bombas serem lançadas por militares, segundo seu relato.

Sawa, um dos cantores do encontro, tradição herdada do pai e do avô, engrossa o coro contra o marco temporal. De dentro da ampla e fresca casa onde todos da aldeia dormem, conclui: "Hoje a guerra não é mais na flecha, é na caneta."

A reportagem contou com apoio do Amazon Rainforest Journalism Fund, em parceria com Pulitzer Center.